Coleção
Terras de Quilombos
Sergipe

Comunidade Quilombola
Mocambo

As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

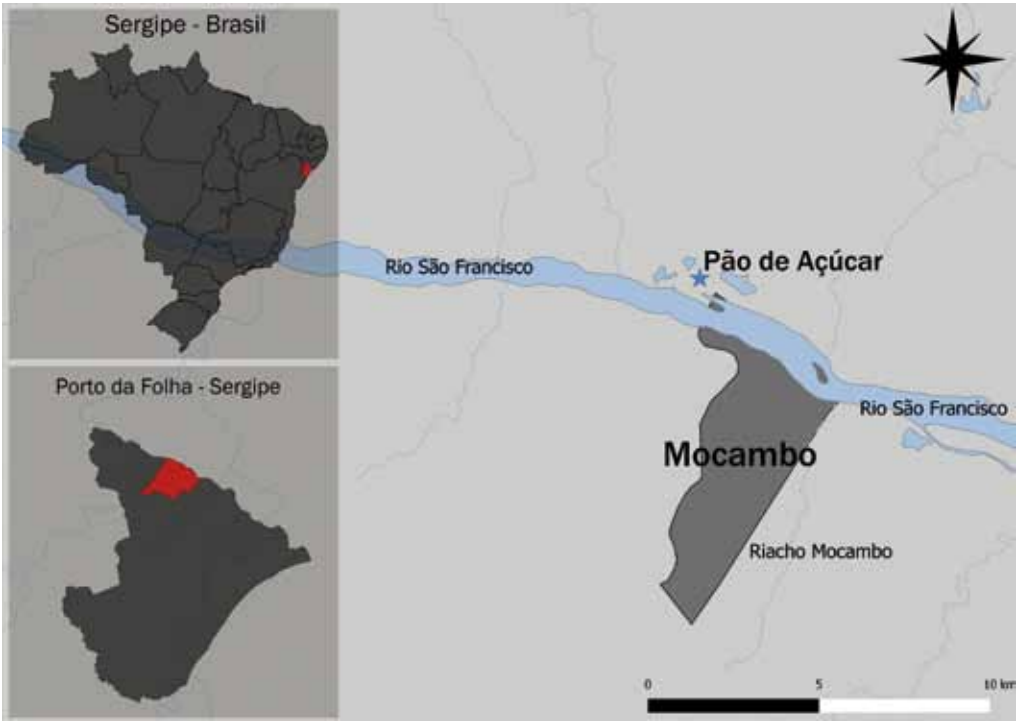
O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.

Comunidade Quilombola Mocambo

A comunidade quilombola de Mocambo está localizada no município de Porto da Folha, no sertão sergipano, a aproximadamente 185 km de Aracaju, às margens do Rio São Francisco. Primeiro quilombo de Sergipe a ser certificado pela Fundação Cultural Palmares, em 2000, a comunidade de Mocambo reúne em torno de 100 famílias distribuídas por dois núcleos residenciais, Mocambo e Ranchinho, e algumas casas dispersas. Os quilombolas reivindicam um território de 2.100 hectares, dos quais 704,1227 ha já foram titulados pelo INCRA. No entanto, não houve a retirada ou indenização dos ocupantes não quilombolas e, por isso, o processo está sendo realizado pelo INCRA.



Comunidade de Mocambo, às margens do rio São Francisco.
Foto: Antônio Oliveira (INCRA – SE).

A história do Quilombo de Mocambo é extraordinariamente rica e importante porque demonstra a solidariedade entre os negros e os indígenas Xocó na luta pela terra e por seus direitos.

Os mocambeiros estão na região desde pelo menos a primeira metade do século 19, mas não lembram como seus antepassados chegaram ali. Durante muito tempo, o Sertão de Porto da Folha, também denominado Sertão do Rio São Francisco, foi ocupado por negros aquilombados ou amocambados, fazendo parte de uma extensa rede de mocambos mais ou menos próxima à região de Palmares. O local era reconhecido, inclusive em documentos oficiais, como uma "terra de refúgio", onde escravizados fugidos, negros livres e libertos, pardos e grupos indígenas procuravam estabelecer uma vida livre e autônoma.

A história do nome da comunidade é composta por uma sucessão de alusões ao termo de origem quimbundo, *mukambu*, usado no Brasil para denominar povoações de negros fugidos. A primeira alusão concerne propriamente aos grupos de negros que ocuparam a região nos séculos 17 e 18. Em referência a esses grupos, o nome foi dado a um riacho: Mocambo. Mais tarde, o nome foi dado à primeira fazenda de gado instalada na área, a Fazenda Mocambo. O povoado que permaneceu dentro da Fazenda Mocambo passou a ser

Rua principal. Foto: Cristian Philippsen (INCRA – SE).

especificamente conhecido como Mocambo. Já no século 20, o nome Mocambo passou a se referir a uma comunidade quilombola mais extensa, reunindo moradores de outros povoados.

O Quilombo Mocambo é vizinho dos indígenas Xocó e estabelece com eles laços de parentesco e solidariedade, compartilhando uma longa trajetória de resistências. Eles iveram os mesmos processos de expropriação violenta de seus territórios, envolvendo as mesmas famílias de fazendeiros. Durante décadas, usaram o mesmo cemitério na Ilha de São Pedro e até hoje guardam memórias em comum.

Os mocambeiros foram expulsos de grande parte das terras que ocupavam tradicionalmente e sofreram restrições severas para realizar suas atividades agrícolas e de criação animal livremente, o que inviabilizou muitas vezes o seu sustento. Hoje em dia, praticamente todos os membros da comunidade têm parentes morando fora. Com a carência de terras, muitos buscaram trabalho como diaristas em fazendas e em outros municípios vizinhos, como Pão de Açúcar, Aracaju e locais mais distantes.

A vida em Mocambo

A expoliação das terras indivisas e de uso comum, somada às proibições de pequenas criações soltas, alterou o modo de vida em Mocambo. Os quilombolas passaram a dividir suas atividades entre *quintais*, áreas de *beira* e a *terra do estado*. No quintal, situado nos

fundos das casas, algumas famílias possuem criações como galinhas e porcos. Cultivam uma pequena horta onde colhem alimentos como quiabo, abóbora e temperos, sobretudo em períodos de chuva. Relativamente recentes, a pequenez desses espaços, somada à baixa qualidade do solo, tornam a produção nos quintais pouco expressiva na renda e na dieta das famílias.

A área de beira – trecho de terra seca entre as margens do rio e as casas mais próximas – é um espaço de uso comum, tradicionalmente formado pela vazante do Rio São Francisco. A beira teve sua extensão terrestre ampliada e perenizada devido à construção de barragens hidrelétricas, como a de Xingó, que alterou significativamente o volume e o ciclo das águas do rio. Isso contribuiu para a extinção das cheias e das lagoas de várzea, utilizadas anteriormente de modo comum e indiviso pelos quilombolas, para o plantio de suas roças de arroz.

Hoje, a beira é utilizada em Mocambo como pasto para a criação de cabras, ovelhas, vacas leiteiras, e animais de carga e de montaria. É também uma boa área para plantar mandioca, mas, apesar dos espaços agrícolas serem restritos, os moradores não plantam na beira porque é um espaço de uso comum, onde todos circulam livremente em direção ao rio.

A *terra do estado* é um trecho de terra com cerca de 550 metros de largura e entre 1.700 e 1.800 metros de comprimento. Foi transferida à comunidade na década de 1940, não se sabe ao certo se pelo

Rio São Francisco, Mocambo. Foto: Cristian Philippsen (INCRA – SE).

Igreja, Quilombo de Mocambo. Foto: Cristian Philippsen (INCRA – SE).

estado de Sergipe ou pela União. Apesar da dificuldade de se encontrar os documentos da doação, esse fato está marcado na memória regional – não só do grupo, mas também de seus vizinhos e mesmo dos proprietários que há tempos vêm se apossando das terras de uso comum, mas respeitam esse trecho. A doação é também lembrada por todos, porque na ocasião foi realizada uma grande festa, na qual se inaugurou a primeira escola da comunidade, a nova igreja e o cemitério de Mocambo. Esses acontecimentos demonstram o reconhecimento, há mais de meio século, pelos proprietários e pelo poder público, da existência da comunidade e de seus direitos de acesso à terra.

Essas *terras do estado*, até recentemente, eram a maior reserva territorial de Mocambo. Elas estão repartidas entre posseiros. Na época de plantio, os lotes individuais são abertos ao cultivo de toda a comunidade. Lá produzem principalmente feijão e milho.

A festa da Padroeira Santa Cruz, realizada em maio, é um importante momento de celebração dos laços entre os moradores de Mocambo e de sua luta pelo território. Motivo de orgulho para a comunidade, a festa recebe em média três ônibus de turismo e mais de cinquenta carros particulares. Ela é considerada a melhor festa da região e reúne praticamente todos os mocambeiros, inclusive aqueles que moram fora. São cinco dias de festa organizados por grupos de pessoas de todas as idades, que competem entre si e administram cada um, um dia de festa. As casas ficam

Moradores do Mocambo. Foto: Antônio Oliveira (INCRA – SE).

abertas e oferecem comidas e bebidas para todos, propiciando um momento de confraternização e solidariedade. Outra tradição é o samba de coco, que remonta aos tempos dos antepassados da comunidade. Mantida até os dias de hoje, é um momento de muitas trocas e laços. Em períodos de colheita de arroz e em finais de semana, mocambeiros – de crianças a idosos – se reúnem para dançar e cantar a vida e as histórias de resistência.

Samba negro, que branco não vem cá
Se vinhé, pau há de levá

(Trecho de samba de coco cantado em Mocambo)

Dos tempos de autonomia à chegada das fazendas

Até meados do século 19, o Sertão do São Francisco constituiu-se em *terras de refúgio* para negros e indígenas que criaram ali um território de resistência. Por um longo período a região era relativamente isolada, acolhendo uma população camponesa livre.

Estabelecidos ali, pelo menos desde a primeira metade do século 19, a história do Quilombo de Mocambo é marcada por um tempo de liberdade e autonomia, quando eram conhecidos como os *Negros do Pé da Serra*. Viviam em vários núcleos familiares associados a um pequeno *rancho*, conhecidos como *antigos chiqueiros*. Ali criavam porcos e outros animais, possuíam roçados familiares e se reuniam nas épocas de chuva para o plantio de arroz nas lagoas que se formavam na beira do Rio São Francisco.

Até hoje existem marcas de dezessete desses *chiqueiros* ao longo do território de Mocambo, cada um deles relacionado a um antepassado conhecido. Nesses locais, em capoeiras abertas na caatinga, ainda podem ser vistas as bases das casas antigas, com restos de pratos, garrafas e uma grande pedra onde maceravam o sal, o milho e outros grãos. Nos ranchos mais distantes das lagoas encontram-se também poços destinados a armazenar água de chuva. Os Negros do Pé da Serra mantinham pequenas trocas comerciais e serviços religiosos com Frei Doroteu, missionário responsável pelo aldeamento indígena da Ilha de São Pedro.

Esse tempo de liberdade e autonomia foi rompido a partir da segunda metade do século 19, dando início a um longo período de expoliações e trabalhos forçados. A decadência das fazendas e engenhos de açúcar na região litorânea, somada às mudanças trazidas pela Lei de Terras de 1850, impulsionaram os investimentos estatais em direção à expansão das fazendas de gado e algodão para o Sertão do São Francisco. As terras ocupadas pelos mocambeiros ancestrais foram declaradas devolutas, por não possuírem registro legal.

Conta-se que Dom Pedro II, em pessoa, visitou a região e conheceu Frei Doroteu e os indígenas que ali viviam. Ao partir, prometeu demarcar e doar as terras a seus ocupantes. Tempos depois, um engenheiro oficial foi até a região para demarcar um pequeno trecho para os indígenas. Entretanto, o restante das terras e a Ilha de São Pedro – onde moravam os aldeados e onde se localizava o cemitério utilizado por eles e pelos mocambeiros – foram deixadas de fora da

medição e registro. Seu destino foi a apropriação por famílias influentes de Sergipe, iniciando o avanço das fazendas de gado em Porto da Folha.

As famílias de negros, que ocupavam cerca de um quilômetro de beira do rio, também não foram contempladas. Esse trecho ocupado pelos mocambeiros ficou com um "capitão" ou "coronel" conhecido como Zezé. A vida antes livre entre os *chiqueiros* e as lagoas de arroz agora estava sob os domínios da fazenda: plantações, criações, ranchos e o trabalho dos negros passaram a ser consideradas propriedades do Coronel Zezé.

Essa subordinação é considerada pelos mocambeiros como "época da escravidão". Sua marca também foi deixada pelos "muros de pedra" que delimitam as antigas fazendas e podem ser vistas no território. Feitos de grandes pedras encaixadas, cortadas e transportadas apenas com a força humana, sua construção segundo a memória local foi realizada "pelo braço escravo".

Outros fragmentos de histórias demonstram também a realidade opressiva em que passaram a viver os mocambeiros.

> O tio-avô do Sr. Antônio (o principal responsável pela guarda e transmissão da memória da comunidade), certa vez enamorou-se da filha do fazendeiro para quem trabalhava, tendo encontrado na moça correspondência do seu interesse. Ao saber do caso, no entanto, o pai da moça enraivecido manda prendê-lo e como castigo enterra-o vivo (ARRUTI, 1997, p.26).

Algumas dessas histórias evidenciam ações de coragem e enfrentamento a essa opressão. Uma delas é a história de uma mulher negra pega à força por capatazes para ser levada de volta à fazenda. Quando eles atravessavam o rio, ela, mesmo amarrada, preferiu jogar-se nas águas e morrer a voltar a ser escravizada.

Nesse momento, os negros de Mocambo viveram o primeiro processo de expropriação de suas terras que eram de uso comum. Ao perder sua autonomia e liberdade para cultivar livremente seus roçados e criar pequenos animais à solta foram

obrigados a abandonar seus *antigos chiqueiros.* Passaram então a se deslocar de um lugar para outro, até se dividirem em três povoados, inseridos nas fazendas Jaciobá, Floresta e Mocambo, nas quais passaram a trabalhar no plantio de arroz em sistema de "meia". Mesmo estando divididos em três diferentes núcleos residenciais, os mocambeiros mantiveram o relacionamento entre eles, realizando trabalhos e celebrações coletivos. As mulheres, por exemplo, se reuniam em tornos das lagoas, e cantavam samba de coco durante o trabalho.

Expoliação recente

A partir da década de 1960, as fazendas Jaciobá, Floresta e partes da antiga Fazenda do Mocambo foram unificadas. O novo proprietário deixou de oferecer o trabalho *à meia*. Os trabalhos temporários nas lagoas de arroz, bem como os demais plantios, passaram a ser negados. No mesmo período, o parcelamento das terras avançou e aumentou a repressão contra as pequenas criações que ainda permaneciam em regime de solta. Esses processos levaram os mocambeiros a abandonar suas moradias nas fazendas. As famílias que permaneceram na região, principalmente os residentes de Jaciobá, se dirigiram ao povoado do Mocambo, com o qual mantinham fortes laços de compadrio e parentesco e que não tinha sido englobada pela unificação das fazendas.

Diante da repressão às atividades agrícolas, restou às famílias o trabalho como meeiros na antiga Fazenda São Francisco, cujo dono era um ex-mocambeiro que tinha comprado a fazenda com dinheiro ganho com o comércio. As relações de parentesco com o proprietário possibilitaram aos quilombolas trabalhar durante vinte anos na última *lagoa de arroz*, chamada Lagoa Salgada.

Assim como em Mocambo, os indígenas Xocó vivenciaram um longo processo de expoliação iniciado na década de 1870, quando as missões indígenas foram extintas. Apesar de buscar apoio ao longo

dos anos no SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e depois na FUNAI, apenas nos anos de 1970 os Xocó conseguiram a primeira intervenção do órgão indigenista.

A atuação da Igreja Católica foi fundamental para a mobilização política dos indígenas. Ao instituir um processo de luta pela terra baseado nas mensagens bíblicas, a Igreja mobilizou não somente os Xocó, mas também seus parentes do Mocambo. A década de 1980 foi um período de intensas lutas e conquistas para os Xocó, repercutindo também na vida dos mocambeiros.

Com o falecimento do proprietário da antiga Fazenda São Francisco, em 1982, suas terras foram divididas entre seus herdeiros. Coube a uma filha a administração de uma parte da fazenda: aquela situada entre Mocambo e a Terra Indígena de Xocó, onde havia o plantio de arroz na Lagoa Salgada. Sentindo-se ameaçada pela mobilização dos indígenas, a nova proprietária decidiu encerrar as atividades com os meeiros. Pela primeira vez Mocambo vivenciou a fome.

Esse período de fome só não foi mais grave porque eles podiam trabalhar na agricultura e na pecuária nas terras de seus parentes indígenas. O arranjo podia ser o trabalho como diaristas ou mediante a cessão de áreas para o plantio de palma (uma cactácea comestível) e legumes. Os mocambeiros ficavam com os legumes e deixavam as palmas para os Xocó.

Em 1992, a terra indígena dos Xocó foi homologada. As terras da antiga Fazenda São Francisco não foram incluídas nessa primeira homologação. Acreditando que as negociações estavam encerradas, a proprietária da antiga Fazenda São Francisco propôs aos moradores um novo acordo. Suspendeu a proibição de uso da Lagoa Salgada, porém reduziu o número de meeiros e a extensão de seus direitos, como o de coletar os peixes encurralados, agora proibido. Apesar das restrições, as famílias plantaram arroz e preparavam a colheita, quando começou um novo conflito entre os Xocó e a fazendeira.

Como forma de pressão, os indígenas acamparam no entorno da lagoa e os mocambeiros que ali trabalhavam deram assistência aos seus parentes. A proprietária

revidou. Proibiu os mocambeiros de continuar a trabalhar na fazenda, de colher o arroz plantado e de transitar pelo trecho de beira que liga Mocambo à área indígena. A repressão incluía intimidação pelo uso de força policial e de pistoleiros.

Além das restrições impostas pela fazendeira, a comunidade de Mocambo sofreu com a circulação de homens armados em suas próprias terras. Os pistoleiros atiravam para o alto e invadiam as casas. "No começo, muitos daqui foram ameaçados de morte. Em todo o momento os jagunços dos fazendeiros estavam por aqui nos ameaçando. Não foi fácil." (Ademar Ricardo Rosa, então presidente da Associação Quilombola, em reportagem do site Infonet).

Após algumas semanas de conflitos, a fazendeira propôs indenizar os mocambeiros pelo arroz cultivado na lagoa. Os mocambeiros consideraram o valor da indenização baixo. Ao ter sua proposta recusada pela maioria, a fazendeira decidiu soltar o gado sobre o arroz. Intensificou-se aí o processo de mobilização política de Mocambo, com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra.

Luta pelo território quilombola

"Se a polícia vinhé, que nós faz?
Morre tudo na bala, ninguém sai,
Ninguém sai, ninguém sai,
Morre tudo na bala, ninguém sai."

(Trecho de samba de coco cantado em Mocambo)

Os Xocó são referências para Mocambo na luta por seu território. Estiveram ao lado dos quilombolas durante todo o processo de mobilização, participando das reivindicações pela manutenção das terras mocambeiras, das reuniões, viagens e contatos com autoridades municipais e estaduais e até na própria definição do território pleiteado.

Em setembro de 1993, os mocambeiros, em conjunto com os Xocó, passaram a acionar o INCRA e agências de apoio aos indígenas, visando transferir o conflito para as autoridades federais. Decidiram, então, ocupar conjuntamente a antiga Fazenda São Francisco, atual Rosa Cruz. A ocupação foi alvo de uma intervenção policial, mas toda a comunidade se mobilizou para impedir a chegada das patrulhas. O mês de setembro prosseguiu com intensas mobilizações, tentativas externas de desmobilização, reuniões, formação de lideranças, acionamento de juiz, delegado, procurador da república, dentre outros. Como alternativa, os Xocó tentaram ampliar sua reivindicação territorial para incluir as terras de seus parentes e vizinhos, mas o pedido foi negado pela FUNAI.

A segunda metade do ano de 1993 foi um período de fortalecimento da luta de Mocambo. A comunidade passou a valorizar as suas lembranças sobre o território tradicional, e com o tempo a memória do grupo em relação à ocupação e posse foi recuperada. Com isso, passaram de uma reivindicação trabalhista para uma luta de toda a comunidade de Mocambo pelo direito à retomada da terra. Em 1994, a mobilização ganhou novos apoiadores, como movimentos sociais, sindicatos e entidades de apoio aos direitos humanos. Nesse mesmo ano, os mocambeiros acionaram a Fundação Cultural Palmares para reivindicar, por meio do direito quilombola reconhecido na Constituição Federal, os 2.100 hectares do território ocupado por eles há mais de um século.

Em 1995, criaram a Associação Comunitária Remanescentes do Quilombo Mocambo. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados ao longo desses anos, a comunidade vem obtendo conquistas históricas. O Território Quilombola teve titulação parcial em 2012 (2 títulos) e 2013 (10 títulos), somando 704,1227 ha titulados até o momento "(...) após 13 anos de luta que fizemos no dia 27 de maio e muito sofrimento nós conseguimos um pedaço de terra para plantar (...)" (Ademar Ricardo Rosa, 2010).

Apesar dos inúmeros desafios ainda a enfrentar, a titulação parcial do território de Mocambo recompensa a

trajetória secular de lutas, a coragem e a resistência vividas por eles. Hoje, a reivindicação dos quilombolas de Mocambo inclui não apenas a conclusão da titulação de seu território, como também a recuperação de sua história e de seus laços ancestrais.

Ô negro, vamo tirá coco no coqueiro do sertão,
Quem não aguenta tirá coco, não aguenta a luta não

(Trecho de samba de coco, cantado em Mocambo)

Escola Quilombola 27 de Maio, Quilombo de Mocambo. Foto: Antônio Oliveira (INCRA – SE).

Este texto foi construído a partir do Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo "Mocambo" - Porto da Folha/SE, constituído pelo Parecer Histórico e Antropológico "Mocambo de Porto da Folha" (Fundação Cultural Palmares) e substanciado pelos seguintes ensaios: "As formas de Silêncio e a Emergência da Memória"; "Por uma História à Contraluz: as sombras historiográficas, as paisagens etnográficas e o Mocambo" e "Subversões Classificatórias no Sertão de Porto da Folha: crônica da produção de um sujeito político", realizados pelo antropólogo José Maurício Arruti, em 1997. Informações complementares: INFONET. Comunidade quilombola está sem posto de saúde há 5 anos. http://www.infonet.com.br/saude/ler.asp?id=104416&titulo=especial. Acesso em: agosto de 2015.

Uma palavra da comunidade
Mocambo

A comunidade está organizada politicamente através de sua associação. Demos o nome de Associação Remanescente do Quilombo Mocambo. Isto aconteceu em 1996, há vinte anos, e desde então utilizamos o sistema de coordenação para encaminhar nossas propostas e trabalhar coletivamente.

Aqui em Mocambo temos a tradição de criar gado de leite e temos o hábito de plantar milho, feijão e hortaliças, bem como é possível pescar. Uma das nossas maiores conquistas nos últimos anos foram: o nosso reconhecimento enquanto quilombolas, o acesso à água tratada, a chegada de energia elétrica e os benefícios do Programa federal “Minha casa minha vida”.

No momento, estamos preocupados com a presença de pessoas que não são da comunidade, que não desocuparam a área, e que muitas vezes trazem drogas ilícitas para nosso território. Para nosso bem viver necessitamos ainda de transporte para emergências e facilidade para o acesso de mais políticas públicas. No campo da educação, por exemplo, seria de grande importância a contínua formação dos profissionais da educação escolar quilombola. Todas estas demandas são para que tenhamos direito à cidadania.

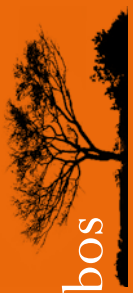
Aproveitamos este material para rendermos homenagem à Maria das Virgens Santos, uma das fundadoras da comunidade e responsável por puxar o samba de côco nos momentos de festa. Ela nasceu aqui em Mocambo (Porto da Folha, Sergipe) no ano de1935 e faleceu

na comunidade no ano de 2013. Sua casa era a pensão comunitária para todos os irmãos que fizeram parte da luta da comunidade quilombola. Maria das Virgens era ainda uma apaixonada pela luta contra a escravidão dos nossos irmãos quilombolas. Recordamos com alegria de um fato: enquanto o morador Zé Paulo cantava a história de Mocambo, Maria das Virgens anotava a letra de uma música que marcaria a nossa comunidade:

> De mulher foi Dona Eunice foi uma grande guerreira
> Não temia autoridades nem corria por besteira
> Foi Wilson e Joca Boi, dois homens de opinião
> Que lutaram com vida e também com o coração.
> Já faz mais de doze anos que os negros estão sofrendo
> E a maioria dos velhos não aguentam e vão morrendo
> Mocambo é nosso de quem lutou
> Teve Coragem e acreditou. (Refrão)
> (Autoria: Zé Paulo)

Esta estrofe faz parte de uma música do Samba de Côco, uma manifestação cultural de Mocambo. Por meio dela contamos nossa história de luta para ser reconhecido e ter o direito à terra. Após o reconhecimento quilombola descobrimos que temos parentes na comunidade quilombola Serra da Guia no município de Poço Redondo (Sergipe).

Palavra construída por Paula Meire, moradora e liderança na comunidade Mocambo – Porto da Folha. Data: 03 de Junho de 2016.



Terras de Quilombos

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C331qm Carvalho, Maria Letícia de Alvarenga
Quilombo de Mocambo / Maria Letícia de Alvarenga Carvalho . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseada no Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo "Mocambo" - Porto da Folha/SE de José Maurício Arruti.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico da comunidade remanescente de Quilombo "Mocambo" - Porto da Folha/SE. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconcepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG CERBRAS CES - AL
Quilombolas INCRA nead SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO CASA CIVIL BRASIL GOVERNO FEDERAL